

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

9 a 11
FEV
2019

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA tem regras fugueis

| JUIZ DA LAVA JATO NO RIO |

BRETAS: INVESTIGADOS SÃO AMEAÇA A PACOTE DE MORO

Em Vitória, magistrado avaliou projeto apresentado por ex-colega

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redegazeta.com.br

Responsável pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, o juiz federal Marcelo Bretas afirmou, ontem, que o país sofreu uma "guinada em seu cenário político", com "renovação de quadros tradicionais" e com a eleição de um presidente de "fora de grandes partidos". Por outro lado, o magistrado, que esteve ontem em Vitória, acredita que políticos que respondem a processos deverão dificultar a tramitação do pacote anticrime e anticorrupção apresentado nesta semana pelo seu ex-colega de trabalho, o ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Bretas participou, no plenário do Tribunal de Justiça do Estado, da aula inaugural da Escola Superior da Magistratura do Estado, entidade de formação de juizes do Estado. Ele veio falar sobre acordos de colaboração premiada.

Na apresentação para um público formado por juizes, desembargadores e estudantes de Direito, Bretas disse que o Judiciário brasileiro vem melhorando sua imagem ao julgar poderosos, mas avaliou que as más práticas políticas ainda não foram totalmente sanadas. "Muitos políticos não vivem com o próprio salário. São desvios, são benesses", disse, na palestra.

Cogitado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) no futuro, Marcelo Bretas fez uma crítica ao que chamou de "individualismo exagerado" da Suprema Corte.

Decisões monocráticas de ministros do STF, de grande repercussão, costumam ser criticadas por especialistas e são apontadas como fatores geradores de insegurança jurídica.

"Há individualismo exagerado e pouca preocupa-



IMAGENS/DIVULGAÇÃO

O juiz Marcelo Bretas participou da aula inaugural da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo

ção com o colegiado. Sempre tive satisfação em seguir a orientação do STF, mas não há orientação. Há desorientação. Esse subjetivismo não é bom", declarou.

O senhor acha que a sociedade entende a dimensão dos prejuízos causados pela corrupção?

Penso que sim. Prova disso foi a guinada no cenário político que estamos vivendo nos dias atuais. Não se pode negar que houve renovação muito grande de quadros políticos tradicionais, que não conseguiram se reeleger. O próprio presidente da República é de partido que não está dentro dos grandes partidos, dos tradicionais que comandavam o país. Tudo isso é amostra de que a sociedade tem percebido, sim, a importância dessa atuação no combate à corrupção.

O que achou do pacote anticrime de Moro?

Discutir anteprojeto é complicado. Há forças que querem uma mudança e há autoridades ligadas a situa-

“
(Varas especializadas) São essenciais. Não se pode tratar um processo que tem 100 mil folhas como outro que tem 10 mil”

ções e a determinados segmentos políticos. Talvez vão dificultar. Fica um pouco mais difícil se tem entre os votantes pessoas que são pessoalmente envolvidas em situações e processos. A preocupação é para que não aconteça como há dois anos, na votação do pacote das dez medidas contra a corrupção. Mais do que

desfigurado, houve ali uma forma de revanche. As autoridades investigadoras passaram a ser alvo.

Algumas propostas do Moro implicam aumento do tempo de pena e mais encarceramentos. A redução da violência passa por essas diretrizes?

Acredito que encarceramento é necessário. Não sou do tipo de juiz que acredita que a Justiça penal será levada a sério se não houver um efetivo encarceramento, que respeite direitos básicos e não seja simplesmente depósitos de seres humanos.

Justiças estaduais devem ter Varas especializadas em corrupção, sob pena de não alcançar os crimes sofisticados?

Considero essencial essa especialização. Não se pode tratar um processo que tem 100 mil folhas como outro que tem 10 mil. Uma Vara de lavagem de dinheiro, que cuida dos casos de corrupção, tem que ter estrutura diferenciada.

A sociedade demanda uma resposta.

O senhor defende as colaborações premiadas. Não vê risco de, com a popularização delas, as investigações ficarem dependentes disso?

Não acredito que sejam dependentes. Ela é positiva e está trazendo benefícios. Se uma colaboração não for interessante, é recusada. Em vários casos não há acordo.

Considera que o Judiciário encontrou a melhor saída ao casar o aumento dos salários com a restrição do auxílio-moradia?

Não falo sobre esse tema. Sou pessoalmente envolvido, minha esposa também recebia auxílio-moradia. Foi uma forma torta encontrada pelo Judiciário como aumento de salário, que acabou mal compreendida. Tanto é que se reconheceu e hoje em dia isso acabou. Não existe mais, não recebemos mais. Agora, o salário do juiz é tanto. Não é tanto com mais alguma coi-

“

Perdeu-se a vergonha de praticar crimes (...) Muitos políticos não vivem com o próprio salário. São desvios, são benesses. Como justificam as campanhas milionárias?”

sinha. É mais transparente.

O que diz sobre a crítica de que a restrição do foro pode atrasar processos, pois ele começaria na primeira instância e demoraria mais tempo para chegar ao fim?

As coisas andam juntas. A relativização do foro com a execução da pena em segunda instância são boas. Se ao invés de ficar na última instância, ir para a primeira e ter que percorrer o caminho gigantesco até a pena ser aplicada, é o fim do mundo. Tribunais superiores não têm estrutura para julgar, fazer as audiências. Julgam causas do Brasil inteiro.

O senhor sonha ser ministro do STF?

Isso não se sonha. A gente tem que estar feliz no que está fazendo hoje. Ninguém vive do futuro e não adianta reclamar do passado. Sou juiz federal, feliz, realizado, gosto do meu trabalho e estou muito satisfeito.

“Perdeu-se a vergonha de praticar crimes”

A afirmação é do juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava a Jato no Rio, que abriu o ano letivo da Escola da Magistratura, em Vitória

Brunella França

Conhecido como o juiz que prendeu o ex-governador do Rio Sérgio Cabral e o empresário Eike Batista – que já recebeu o título de homem mais rico do Brasil –, Marcelo Bretas afirmou ontem que perdeu-se a vergonha de infringir a lei no Brasil. “Perdeu-se a vergonha de praticar crimes no País. É uma escadada que vem crescendo muito nos últimos anos. Se realmente não for feito um combate, não houver um enfrentamento à al-

“O Judiciário deve estar aberto a críticas e corrigir eventuais equívocos. É possível que haja erros de autoridades”

Marcelo Bretas, juiz federal

ra, a tendência é que isso só piore”, disse.

Especializado em investigar crimes de lavagem de dinheiro e responsável pela Operação Lava a Jato no Rio de Janeiro, o juiz federal falou sobre as colaborações premiadas, conhecidas como delações, e defendeu o “pacote anticrime” do ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Bretas participou do evento que abriu o ano letivo da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (Esmages), no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado.

“Concordo plenamente com a proposta que é feita. Fica um pouco mais difícil a discussão se você tem, entre os votantes, algumas pessoas que são pessoalmente envolvidas em investigações e processos. O ministro está colocando as cartas na mesa”, ressaltou.

A preocupação de Bretas, porém, é que ocorra com o pacote o mesmo que houve na votação do projeto de lei das 10 Medidas Contra a Corrupção. “Mais do que desfiguradas, as autoridades investigativas passaram a ser alvo de algumas medidas propostas”, lembrou.

Na avaliação do magistrado, o Judiciário conseguiu mostrar para a sociedade um quadro de corrupção sistêmica que não seria possível descobrir se não fosse por meio das

PERFIL

Marcelo Bretas

> NATURAL DE NILÓPOLIS, no Rio de Janeiro, tem 48 anos, é casado com a juíza Simone Bretas, que conheceu nos tempos de estudante de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O casal tem dois filhos adolescentes.

> JUIZ FEDERAL desde 1997, atua desde 2015 na 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, especializada em lavagem de dinheiro e responsável pela Lava a Jato naquele estado.

colaborações de delatores.

“A colaboração cria uma janela de oportunidade pra alguém que errou em um momento trocar de lado e, se realmente está arrependido, fornecer elementos que possam revelar esquemas, outras pessoas, situações às quais dificilmente se chegaria ou seriam descobertas”, defendeu.

O magistrado afirmou ainda que “o Judiciário tem de ser legitimado pelas pessoas” e destacou a importância de agir com transparência, mas não falou sobre a extinção do auxílio-moradia e do aumento de 16,38% para o Judiciário porque estaria “diretamente ligado ao caso”. Ele e a mulher, também juíza federal, recebem o auxílio.



MARCELO BRETAS citou benefícios da delação premiada contra corrupção

MARCELO BRETAS JUIZ FEDERAL

Juiz ataca “individualismo exagerado” no Supremo

O juiz federal Marcelo Bretas, que está à frente das operações da Lava a Jato no Rio de Janeiro, criticou ontem, durante palestra na aula inaugural do ano letivo da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (Esmages), o que chamou de “individualismo exagerado” no Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Bretas, isso gera certa desorientação para os magistrados de primeira e segunda instâncias.

“Há individualismo exagerado e pouca preocupação com o colegiado. Sempre tive satisfação em seguir a orientação da Suprema Corte, mas não há orientação. Há desorientação. Esse subjetivismo não é bom”, afirmou. Em entrevista após o evento, ele voltou a falar sobre o tema.

O que significa dizer que há um “individualismo exagerado” no STF?

MARCELO BRETAS – É impor-

tante que os tribunais superiores deem um sinal claro para nós, juízes de primeira instância e dos tribunais locais, de pra onde a nossa jurisprudência está andando. Agora, isso não vai se perceber nunca se cada hora um decide de uma forma, se os membros do próprio colegiado superior não se entendem. Fica tudo muito disperso.

Se tivéssemos a jurisprudência da Suprema Corte, os juízes sabendo que é em tal sentido o encaminhamento, não irão inventar a roda. Mas como seguir uma orientação se nesses casos uns decidem assim e outros decidem diferente?

> O senhor sonha em chegar ao Supremo? É um objetivo?

“Isso não se sonha, é carreira, você tem de estar feliz com o que está fazendo hoje. Ninguém vive de futuro e não adianta reclamar do passado. Sou um juiz federal feliz, realizado, gosto do meu trabalho e estou muito satisfeito.”

O QUE ELE DISSE SOBRE...

“Encarceramento é necessário”

Lava a Jato

> “O MAIOR TRABALHO é feito no silêncio e nós estamos trabalhando. Há muito para acontecer ainda e este ainda é um ano ascendente. Nós estamos inclusive obtendo um grande número de pessoas interessadas em colaborar com as investigações”.

Pacote anticrime

> “DISCUTIR ANTEPROJETO é complicado, já mudou de ontem pra hoje e deve mudar ainda. O que parece que nós teremos é um conflito entre forças. Há forças que querem uma mudança e há autoridades que são ligadas a situações e determinados seg-

mentos políticos tradicionais antigos que vão, talvez, dificultar alguma mudança, alguma evolução”.

Encarceramento

> “ACREDITO QUE o encarceramento é necessário. Não sou o tipo de juiz que imagina que a Justiça penal será levada a sério se não houver o efetivo encarceramento, que respeite os direitos básicos, que não seja apenas um depósito de seres humanos. Mas, é importante que se elimine a comunicação com o mundo externo”.

> “ALGUNS PRESÍDIOS são escritórios do crime. O sujeito está lá, está preso, mas está de castigo, não pode passear, não pode ver a família, mas pode trabalhar livremente. E é justamente o trabalho criminoso que se quer evitar. Não se conseguiu até hoje, pelo menos no Rio, eliminar essa comunicação com o mundo externo”.

Foro privilegiado

> “AS COISAS ANDAM JUNTAS. A relativização do foro com a execução da pena em segunda instância é bom, é positivo. Agora, se vai pra primeira instância e tem de percorrer todo aquele caminho gigantesco até que uma sentença criminal finalmente seja aplicada, aí é o fim do mundo. É a impunidade institucionalizada”.



PLATEIA acompanha palestra no TJ

Pai de juiz é capixaba e mulher atuou em São Mateus

Adenir de Paula Bretas, comerciante e pai do juiz federal Marcelo Bretas, é capixaba. O magistrado só não soube dizer exatamente do qual município.

“Meu pai é capixaba, eu tenho sempre a dúvida se é de Alegre ou de Guaçuá, e já passei o Carnaval em Iconha quando eu era criança”, revelou.

Quem também tem relação com o Estado é a mulher de Bretas, a também juíza federal Simone Bretas. No início da carreira, ela exerceu a magistratura na Vara Federal de São Mateus. “Foi a primeira titularidade dela”, lembrou o juiz, mas sem dizer a data.



BRETAS: Carnaval no Estado

USINAS PARADAS

Interditada, Vale promete fazer melhorias em Tubarão

Mineradora promete triplicar tamanho de reservatório. Interdição acontece, entre outros fatores, por causa de transbordamento

Lucas Rezende

Com o pátio de insumos, os serviços portuários de carvão e as usinas de pelotização 1 a 4 interditadas há quatro dias, a Vale prometeu ontem que vai triplicar a capacidade dos seus reservatórios no Complexo de Tubarão, em Vitória.

Estão interditadas três áreas, entre elas a bacia de sedimentação e reservação, que é o espaço final de chegada dos resíduos provenientes da indústria.

É essa bacia que, segundo a Prefeitura de Vitória, tem vazão incompatível com o volume de resíduos que recebe, fazendo com que transborde para o mar a água misturada aos rejeitos há um ano.

Essa promessa da Vale consta no Plano Diretor Ambiental de Tubarão. O plano é aumentar para 180 mil metros cúbicos o volume de reservação de água e efluentes. As execuções desse plano, no entanto, podem ir até 2023.

“A Vale fará investimentos em seus sistemas de reservação e de tratamento de efluentes para triplicar a capacidade dos reservatórios, aumentar o reuso e desenvolver fontes alternativas de captação de água”, prometeu a mineradora.

A interdição da prefeitura atinge também o pátio de insumos próximo à chamada Lagoa 9, em que há concentração de carvão, minério e calcário; e as vias de circulação da Vale, que podem contribuir para o aumento de sólidos suspensos no ar, como carvão e minério – o conhecido pó preto.



CARREGAMENTO no Porto de Tubarão: Prefeitura de Vitória acusa mineradora de vazamento de rejeitos no mar

Especialistas do setor estimam que há 40% de impacto na produção da mineradora em Tubarão.

O auto de infração da interdição diz que “foram identificados nove resultados em desconformidade com a legislação, sendo três no primeiro trimestre e seis no segundo”. A descrição da infração consta que a “situação apresenta iminente risco para a saúde e o meio ambiente em função da contínua poluição de elevado impacto ambiental”.

“A Vale fará investimentos em seus sistemas de reservação e de tratamento de efluentes”

Comunicado da Vale

Começa análise de recurso

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) informou, por meio de nota, que sua Gerência de Controle Ambiental analisa a partir de hoje o pedido de desinterdição protocolado pela mineradora Vale.

Depois, o pedido será repassado à Procuradoria Geral do Município (PGM) para que também faça sua análise. Não há prazo, no entanto, para finalizar essa fase de análise.

Além do recurso administrativo junto à Prefeitura de Vitória, a Vale recorreu na Justiça – e não havia decisão até o fechamento desta edição.

Quanto à multa de R\$ 35 milhões aplicada em dois autos de infração,

a Semmam informou que a empresa poderá pagar ou fazer um recurso à Junta de Impugnação Fiscal.

Em relação à alegação do recurso, trata-se de documento interno que neste momento segue em análise. “Os técnicos da Semmam estiveram na empresa no último sábado e os locais encontravam-se conforme a ordem de interdição”, disse a pasta por meio de nota.

Vale lembrar que a Justiça indeferiu na última sexta-feira um pedido de tutela provisória formulada pela Companhia Vale S/A, para suspender a exigibilidade de pagamento da multa e os efeitos dos autos de infração lavrados pelo município de Vitória no ano de 2016.

Técnicos do Estado vão à Vale e preparam relatório

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), do governo do Estado, informou que a nota técnica resultante da vistoria feita na Vale, na última sexta-feira, ainda está sendo finalizada pelos técnicos.

Quatro técnicos do Iema vistoriaram o pátio de insumos, a Bacia de Sedimentação e Reservação (BSR) e as vias de captação de água pluvial do pátio de carvão da Vale semana passada.

O Iema, órgão responsável por fazer o controle da qualidade do ar – inclusive sobre a incidência do pó preto –, esclareceu ontem que as empresas (do Complexo de Tu-

barão), quando verificadas emissões em desacordo com o decreto (de limites de poluição) e das condicionantes ambientais exigidas, as mesmas são autuadas.

“Quando constatada alguma não conformidade, através da rede de monitoramento da qualidade do ar da Grande Vitória, a equipe de controle ambiental é acionada para verificação de informações sobre o controle de emissões das empresas no período identificado.”

A resposta surge depois do secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain, falar que o Iema não identifica as fontes da poluição.



AREA INDUSTRIAL DA VALE: fiscalização do Iema

MAIS VALE NA PÁGINA 16

Procuradoria de Vitória analisa recurso da Vale amanhã

Órgão vai analisar pedido de fim de interdição na Capital; empresa recorre também na Justiça

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpeireira@redgazeta.com.br

A Procuradoria da Prefeitura de Vitória só vai analisar o recurso administrativo apresentado na sexta-feira pela Vale, que pede pelo fim da interdição imposta pela administração municipal, a partir de amanhã. Até o início da noite de ontem, áreas da mineradora no Complexo de Tubarão seguiam fechadas.

A empresa também recorreu à prefeitura de duas multas que somam R\$ 35 milhões. Paralelamente, os pleitos da Vale foram apresentados à Justiça. Até o início da noite de ontem, não havia informações sobre decisões contrárias ou favoráveis à companhia. Três áreas da empresa no Complexo de Tubarão, em Vitória, foram interditadas.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Luiz Emanuel Zouain, contou que o recurso administrativo já está sob análise da gerência de controle am-



VALE/DIVULGAÇÃO - ARQUIVO

Minério em Tubarão: emissão de pó preto dos pátios e resíduos jogados ao mar provocaram interdição

biental. Na segunda, chegará à Procuradoria, órgão que orientará a decisão definitiva.

“A prefeitura espera que a Vale apresente uma proposta que verdadeiramente inspire a crença de nossa sociedade em ficar livre do pó

preto e da poluição despejada em nossas águas. A natureza e a saúde humana pedem socorro”, disse.

Foram impedidos de operar por tempo indeterminado: o pátio de insumos próximo à lagoa 9; o sistema de produção gera-

dor de efluentes líquidos para as bacias de sedimentação e reservação, denominadas BSR; e as vias de circulação que contribuem para o aumento dos sólidos suspensos.

Ao contrário do que afirma a prefeitura, a empresa

diz que nas últimas fiscalizações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente não foi constatada nenhuma irregularidade nesses sistemas. “Laudos de outubro a dezembro de 2018 indicam que os efluentes estão dentro dos parâmetros estabe-

R\$ 35 MILHÕES

É a soma das multas aplicadas pela prefeitura à Vale, além da interdição.

lecidos”, apontou em nota, na quinta-feira.

A interdição gera prejuízos financeiros à Vale. Sem operação nas áreas lacradas, fundamentais ao fluxo da operação, a empresa paralisou quatro usinas, as de números 1 a 4.

Na última quinta-feira, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende, anunciou, por meio de rede social, a interdição de áreas da empresa.

A justificativa da prefeitura é o despejo de resíduos no mar e a emissão de pó preto a partir de pátios da mineradora. Os autos de infração aplicados à empresa, um de R\$ 34,8 milhões e outro de R\$ 310,6 mil, falam em “desconformidade com a legislação vigente nos relatórios de monitoramento de efluentes líquidos de janeiro a setembro de 2018”.

INTERDIÇÃO DE MINERADORA

Vale vaza minério no mar há um ano

PORTO DE TUBARÃO: a Prefeitura de Vitória interditiu parte da empresa alegando vazamento e transbordamento de rejeitos de minério no mar



É o que afirma a Prefeitura de Vitória, que interditiu por tempo indeterminado a produção em usinas do Complexo de Tubarão

Lucas Rezende

A mineradora Vale vaza minério para o mar de Vitória há pelo menos um ano. A informação foi repassada à reportagem pelo secretário de Meio Ambiente, Luiz Emanuel Zouain.

“A própria Vale faz um relatório semestral – o último foi em dezembro, falando do transborda-

mento da bacia. Foi a Vale que disse para a prefeitura em relatório. A Vale já sabe que existe o problema. No relatório de dezembro, disseram que transbordou. E aconteceu há pelo menos um ano”, revelou.

A Prefeitura de Vitória interditiu ontem por tempo indeterminado parte da mineradora Vale no Complexo de Tubarão, em Vitória, fechando a produção nas usinas de pelotização de 1 a 4.

O motivo alegado pela prefeitura é esse vazamento e transbordamento de rejeitos de minério no mar, o que causa “desconformidade com a legislação vigente” – aponta o auto de infração.

O auto de infração da interdição, inclusive, diz que “foram identificados nove resultados em descon-

formidade com a legislação, sendo três no primeiro trimestre e seis no segundo”. A descrição da infração consta que a “situação apresenta iminente risco para a saúde e o meio ambiente em função da contínua poluição de elevado impacto ambiental”.

A interdição atinge três áreas da empresa: o pátio de insumos próximo à chamada Lagoa 9, em que há concentração de carvão, minério e calcário; as vias de circulação da Vale, que contribuem para o aumento de sólidos suspensos no ar, como carvão e minério; e a bacia de sedimentação e reservação, que é o espaço final de chegada dos resíduos provenientes da indústria.

É essa bacia que, segundo Luiz Emanuel Zouain, tem vazão in-

compatível com o volume de resíduos que recebe, fazendo com que transborde para o mar a água misturada aos rejeitos.

“Numa chuva torrencial como a de ontem (quinta-feira), o vazamento foi gigante. Nós fazemos vistoria para garantir que a saúde das pessoas não seja tratada com desdém. Temos autoridade para fazer o que fizemos”, falou.

Agora, segundo ele, a prefeitura quer exigir a definição de quais parâmetros vai aceitar “para suportar determinadas situações como essa”. “A empresa precisa dizer para a gente o que vai fazer para se adequar. Nossos parâmetros foram dados: não aceitamos a poluição, nem que nosso mar seja destruído”.

SAIBA MAIS

O que foi interditiado

A interdição feita pela Prefeitura de Vitória aconteceu ontem, por volta de 19 horas e atinge três áreas da Vale no Complexo de Tubarão:

- ▷ O PÁTIO DE INSUMOS – próximo a chamada Lagoa 9 – em que há concentração de carvão, minério e calcário.
 - ▷ AS VIAS DE CIRCULAÇÃO da Vale, que contribuem para o aumento de sólidos suspensos no ar, como carvão, minério de ferro e óleo.
 - ▷ A BACIA DE SEDIMENTAÇÃO e reservação – que é o espaço final de chegada dos resíduos provenientes da indústria. É aqui que há tratamento dos resíduos, separando da água – que pode até ser reutilizada.
- A interdição é por tempo indeterminado, segundo a Prefeitura, até que os problemas sejam resolvidos.

CENAS DA INTERDIÇÃO

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO analisa área da Vale: pátio de insumos – próximo à lagoa 9 – também foi interditiado.



ÁREA INTERDITADA: especialistas no setor acreditam que impacto na produção pode ser de até 40%.



PLACA SINALIZA que operações estão interditiadas em três áreas da Vale no Complexo de Tubarão há dois dias.

“Multas milionárias não foram pagas”

Nenhuma das multas milionárias que a Prefeitura de Vitória aplicou na mineradora Vale foram pagas até agora, de acordo com o Secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain.

Como a mineradora não pagou cinco multas por poluição ambiental, emitidas em 2016, totalizando R\$ 34,2 milhões (valores da época), a gestão Luciano Rezende incluiu a Vale em dívida ativa.

Assim, a Vale fica impossibilitada de retirar certidões negativas da municipalidade, por exemplo, mas ainda pode recorrer à Justiça.

A Vale recorreu das multas na Junta de Impugnação Fiscal em primeira instância administrativa, e no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Vitória, na segunda, mas perdeu em ambas. Por isso houve a inclusão em dívida ativa.

Atualmente, somadas os juros e correções monetárias, a multa da Vale já chega a R\$ 42 milhões, con-

to Luiz Emanuel.

Ontem, junto das três interdições na Vale, foram aplicados dois autos de infração que, somados, totalizam mais R\$ 35 milhões em multas.

“Não sabemos quando eles vão pagar porque há possibilidade de recurso. Mas vão. Porque há fundamentação técnica e jurídica”.



LUÍZ EMANUEL Zouain: “recurso”

INTERDIÇÃO DE MINERADORA

Vitória vai criar novo centro para monitorar pó preto

Uma das metas é conseguir medir o nível de poluição que os moradores respiram em todos os bairros da capital

Lucas Rezende

Vitória vai ter um inédito centro de monitoramento do ar que vai conseguir medir o nível de pó preto que a população respira em toda a cidade, segundo a prefeitura. Atualmente, quem faz essa medição é o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos

Hídricos (Iema), que não faz uma cobertura total da cidade.

Há pontos de monitoramento em Jardim Camburi, Enseada do Suá, Centro e dois na Ilha do Boi.

Já existem, inclusive, modelos de tecnologia no radar da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para criar o centro de monitoramento que será administrado pela Prefeitura de Vitória.

“Será preciso fazer uma licitação. Primeiro para um estudo que dimensione a rede de monitoramento. Assim, poderemos cobrar das empresas ações mais efetivas. O estudo apontará a central de monitoramento mais adequada para o monitoramento atmosférico, diferente da que existe atual-

mente – que eu não tenho dúvida que é obsoleto”, disse o secretário Luiz Emanuel Zouain.

“O Iema não sabe se aquela poeira medida nas atuais estações é da Vale ou de outra empresa de Tubarão, por exemplo. Não sabe quanto a Vale emite de pó preto, nem quanto vem da suspensão de poeira sobre as vias. É genérico, mas é porque o instrumento usado para análise é de fato obsoleto”, disse.

Segundo Zouain, há possibilidade de usar instrumentos que, por identificador físico-químico, definem o tipo de poluição e de onde ela vem.

“É como se você tivesse um chip identificador. Assim, com novas tecnologias vamos saber qual o ti-

po de poluição e qual a quantidade especificamente que vem de cada poluidor”.

Não há prazos, no entanto, para que seja instalada a nova central. Mas já há recursos de um fundo ambiental. O novo centro, inclusive, poderá atingir áreas hoje não medidas, como Jesus de Nazaré e São Pedro, por exemplo.

O Iema informa que quatro técnicos do órgão vistoriaram o pátio de insumos, a Bacia de Sedimentação e Reservação (BSR) e as vias da captação de água pluvial do pátio de carvão da Vale ontem. A Nota Técnica da vistoria também será encaminhada ao governador. Até o momento o documento não foi finalizado.

LEONE SOLESIAS - 27/03/18



PÓ PRETO: morador de Jardim Camburi, em Vitória, mostra a poluição em sua varanda

População tem de ser retirada por risco em barragem

Quinhentos moradores de Barão de Cocais, em Minas Gerais, foram retirados de suas residências na madrugada de ontem devido a um alerta de deslize na barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, da Vale.

O alerta ocorre duas semanas após o rompimento de um depósito de rejeitos da companhia em Brumadinho, também em Minas Gerais, que deixou ao menos 157 mortos e quase 200 desaparecidos.

Também ontem, sirenes foram acionadas em Itatiaiuçu (MG) por causa de risco na barragem de outra mineradora.

A Vale ressaltou que a decisão foi preventiva e que a ação teve início na madrugada, abrangendo moradores nas comunidades de Socorro, Tabuleiro e Piteiras.

“Como medida de segurança, a Vale está intensificando as inspeções da barragem Sul Superior. Também será implantado equipamento com capacidade de detectar movimentações milimétricas na estrutura. A Vale está trazendo consultores internacionais para fazer nova avaliação da situação no próximo domingo”, disse.

A Prefeitura de Barão de Cocais informou que os moradores estão sendo encaminhados para o Ginásio Poliesportivo da cidade, onde serão temporariamente abrigados.

MARIANA

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região ordenou a Samarco voltar a pagar auxílio financeiro emergencial aos atingidos pela Tragédia de Mariana (MG), sem desconto nas indenizações.

O Tribunal entendeu que o pagamento com a compensação proposto pela Fundação Renova é indevido. Assim, determinou que a Fundação notifique todos os beneficiados pelos programas e providencie a complementação financeira necessária em 30 dias.

Impacto de até 40% na produção

Com a interdição de parte do sistema de tratamento de efluentes da Unidade Tubarão da Vale em Vitória, estão afetados o pátio de insumos, os serviços portuários de carvão e as usinas de pelotização de 1 a 4.

Especialistas no setor ouvidos pela reportagem, que pediram para não serem identificados, estimam que o impacto produtivo dessa interdição deve variar entre 30 a 40%.

Uma fonte ligada à indústria explicou que o prejuízo seria pior se a interdição da Prefeitura de Vitória tivesse atingido as usinas de pelotização 7 e 8.

“Acredito que a interdição não seja por muito tempo, apesar de ter que haver um bom senso de que a Vale precisa se adequar. Mas independente disso, pode haver uma queda no Produto Interno Bruto (PIB), se a situação não se resolver logo”, disse.

Outra fonte ligada às indústrias

metalúrgicas avaliou que as exportações não serão afetadas se a interdição acabar até a próxima semana – mas que é inegável que há diminuição de produção e, por consequência, de faturamento.

Outro especialista no setor disse

que um bom caminho para se resolver logo a interdição é a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta e que as perdas econômicas não serão grandes, ao menos pelos próximos dias, porque as usinas interditas são de 1 a 4.

LEONE SOLESIAS - 06/02/2019



COMPLEXO de Tubarão: interdição pode provocar queda no PIB

Mineradora entra na Justiça contra interdição em usinas

A mineradora Vale entrou na Terceira Vara da Fazenda de Vitória com um recurso pedindo que a interdição de três áreas da empresa seja revista. O recurso também vale para a multa de R\$ 35 milhões.

Um pedido de reversão da interdição também ocorreu de forma administrativa, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente – órgão que interditou a mineradora. Até o fechamento deste edição, não havia respostas quanto aos pedidos da empresa.

Em resposta ao vazamento de minério apontado pela prefeitura, houve a manutenção de um comunicado anterior, em que a Vale diz que nas últimas fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente não foi constatada nenhuma irregularidade nesse sistema e os laudos de monitoramento de outubro a dezembro de 2018 indicam que os efluentes estão dentro



MINÉRIO: produção da Vale

dos parâmetros estabelecidos.

A Vale ressaltou nesta nota que monitora os corpos d'água que recebem efluentes há mais de 30 anos, sem que haja qualquer alteração na qualidade da água.

E disse também que está cumprindo a determinação de imediato e vai analisar o teor do auto de interdição para adotar as medidas cabíveis.

| MEIO AMBIENTE |

VALE: VAZAMENTOS HÁ PELO MENOS UM ANO NO MAR

Secretário diz que situação recorrente provocou interdição



Recado aponta interdição em área da Vale no Complexo de Tubarão



Fiscais da Prefeitura de Vitória em fiscalização dentro do Complexo

▲ NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

O vazamento de poluentes para o mar, que provocou a interdição de três áreas dentro da Vale já acontece há, pelo menos, um ano. A informação é do secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain. Ele afirma que o derramamento foi informado pela própria empresa e que ocorre principalmente quando há fortes chuvas. A água faz transbordar a bacia de sedimentos, responsável por receber calcário, minério, carvão e outros materiais "lavados" dos pátios e vias de circulação da empresa.

"Com uma chuva como a de ontem (quinta-feira, dia 7), torrencial, possivelmente o extravasamento foi grande e isso acontece o tempo todo", afirma Zouain. Segundo ele, foi essa recorrência que levou o município a interditar parcialmente a mineradora.

Além da interdição de

operar por tempo indeterminado em três áreas, a companhia recebeu ainda duas multas que totalizam R\$ 35 milhões. A primeira delas, no valor de R\$ 34.846.352,19, e a segunda no valor de R\$ 310.692,07.

Segundo o laudo de interdição, estão impedidos de operar por tempo indeterminado as seguintes áreas: o pátio de insumos próximo a lagoa 9; o sistema de produção gerador de efluentes líquidos para as bacias de sedimentação e reservação, denominadas BSR; além das vias de circulação que contribuem para o aumento dos sólidos suspensos.

O secretário explica que o sistema de drenagem das vias internas da empresa, que carrega toda a produção e os insumos, leva minério, calcário, terra e até óleo para dentro da bacia de sedimentos e reservação (BSR).

É nessa bacia que deveria ocorrer a separação da água dessas partículas e do

VALE RECORRE

EMPRESA NA JUSTIÇA

A mineradora Vale já recorreu da interdição e das multas aplicadas pela Prefeitura de Vitória na quinta-feira (7). O recurso foi apresentado administrativamente, no próprio município, e também na Justiça estadual. O processo corre na 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória. Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido proferida a decisão.

óleo. A água pode ser, inclusive, reutilizada pela empresa. Segundo o município, relatórios feitos pela própria Vale apontaram que houve o transbordamento dessa bacia.

Os autos de infração indicam que, em 2018, foram apontados pela Vale nove "desconformidades no relatório de monitoramento de efluentes líquidos", sendo três no primeiro semestre e seis no segundo.

No entanto, A GAZETA já noticiou outro vazamento no sistema de tratamento de efluentes. Em dezembro de 2017, a empresa foi multada em R\$ 1,6 milhão pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema), por conta de um vazamento de minério no mar. Uma análise feita em Praia Mole, na Serra, local onde o líquido foi despejado, mostrou a presença de alumínio, ferro, manganês, zinco, cromo e fluoreto, e verificou que o lançamento desse material no mar atingiu não só a água, mas o solo e a fauna e flora marinha.

"Foi a recorrência que nos levou à interdição. Temos relatório da empresa que diziam o que estava acontecendo, mas que afirmavam

que o problema estava sendo corrigido, vem outro e diz o mesmo. Fomos aceitando porque não somos nós que licenciamos a empresa. Só que até onde foi, não dá mais. O prejuízo começou a ficar grande para a sociedade", disse o secretário.

BRUMADINHO

Mesmo sem ser questionado, Zouain fez questão de afirmar que a decisão da prefeitura de interditar a Vale não tem relação com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais. "Não tem coincidência com data nenhuma, não tem Brumadinho nessa história", disse.

O órgão responsável por licenciar as empresas na Ponta de Tubarão é o Iema que, segundo a Prefeitura de Vitória, recebe os mesmos relatórios da Vale. "Não pergunte para mim porque o órgão ambiental responsável não fiscaliza como deveria", afirmou Zouain.

Prefeitura quer estações próprias

▲ A prefeitura de Vitória estuda instalar a própria rede de monitoramento de poluição do ar. Segundo o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain, as estações que existem atualmente não oferecem tecnologia necessária para fazer uma aferição adequada. "O município vai ter uma central de monitoramento atmosférico. As de hoje são obsoletas", disse.

Ele explica que, atualmente, os medidores não conseguem identificar de onde vem a poeira captada. "Pode ser da Vale, da Arcelor ou de uma obra ao lado do medidor." Atualmente a rede é administrada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema).

PROBLEMAS



“Vale deve dizer o que mudará”

Luiz Emanuel Zouain
Secretário de Vitória

“O secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain, afirmou que as informações sobre os extravasamentos têm chegado nos relatórios emitidos pela própria Vale.

Se o laudo é referente ao ano passado, por que a interdição só aconteceu agora?

Temos relatórios da empresa que diziam o que estava acontecendo, mas que afirmavam que o problema estava sendo corrigido, vem outro e diz a mesma coisa. Nós fomos aceitando porque não somos nós que licenciamos a empresa. Só que até onde foi, não dá mais. O prejuízo começou a ficar grande para a sociedade. Não tem coincidência com data nenhuma, não tem Brumadinho nessa história.

Quem percebeu a poluição?

É a própria Vale que nos envia os relatórios. Paralelamente, a Gerência de Controle Ambiental vai semanalmente à empresa fazer vistorias técnicas. A gerência depura os dados enviados pela Vale, comparando com o que eles vistoriaram e entregam um laudo técnico. É com base nele que nós podemos aplicar a regulamentação.

O que vai acontecer a partir de agora?

Agora é a cidade de Vitória que vai definir quais parâmetros vai aceitar para suportar situações como essa. A empresa terá que dizer para a gente o que vai fazer para mudar. Como não fomos chamados para discutir no momento do licenciamento, vamos discutir agora.



IEMA - 01/12/2017

Multa por vazamento em 2017

“A Vale já foi multada pelo Iema por conta de outro vazamento em 2017. Em 1º de dezembro, chuvas fortes provocaram o vazamento de um tanque de minério de ferro da empresa. O sistema de recuperação de água entre Tubarão (Vitória) e Praia Mole (Serena) não suportou o volume de água, o que ocasionou o despejo de minério de ferro, calcário, bentonita e outros minerais no mar. Na ocasião, o Iema disse que o sistema tem uma espécie de filtro que deveria reter os minerais e liberar apenas água. No entanto, o fluxo intenso sobrecarregou o sistema de tratamento, que vazou os minerais no mar, causando alteração na qualidade da água e morte de peixes.

ENTENDA

AS ÁREAS INTERDITADAS

► Pátio de insumos

Um pátio que fica próximo à lagoa 9 e que é utilizado para armazenar insumos. Segundo a Semmam, o principal material armazenado é o calcário. No tempo seco, o vento leva calcário contribuindo para a

poluição do ar da Capital. Quando chove, o material é levado para o mar.

► Vias internas

São as vias por onde circulam toda a produção da Vale. Um pouco dos insumos acaba transbordando para as margens fazendo com que se acumule minério, terra, calcário e até óleo no local.

► Bacias de sedimentação e reservação (BSR)

O local recebe, através do sistema de drenagem da mineradora, todo material que é levado pela água da chuva. É lá que a água deve ser separada dos demais rejeitos, para poder ser reutilizada. Quando há chuvas intensas, a bacia transborda, levando tudo para o mar.

► Relatório

Os fatos foram informados pela própria mineradora Vale em relatório enviado à Prefeitura de Vitória e ao Iema.

MULTA

► **Infração**
Também foram aplicados à mineradora Vale dois autos de infração com multas, que somam R\$ 35

milhões. O primeiro deles, no valor de R\$ 34.846.352,19, e o segundo no valor de R\$ 310.692,07. Os dois documentos da Prefeitura de Vitória relatam que houve “desconformidade com a legislação vigente nos relatórios de monitoramento de efluentes líquidos de janeiro a setembro de 2018”.

“Vamos apertar o cerco”, afirma prefeito

“A economia não pode justificar a destruição da saúde e do meio ambiente.” A frase foi dita pelo prefeito de Vitória, Luciano Rezende, um dia depois da interdição de três áreas da mineradora Vale por causa de vazamento de poluentes no mar da Capital.

Em entrevista à apresentadora Fernanda Queiroz, da rádio CBN Vitória, o prefeito explicou a decisão do município de pedir a interdição da mineradora.

“A decisão foi tomada porque existe uma bacia com calcário, minério e carvão. Vou repetir: calcário, minério e carvão, e que a própria empresa considera que está havendo vazamento para dentro

do mar, da praia de Vitória, que é uma cidade turística. Temos que entender que o tempo de dizer que (a empresa) gera emprego e imposto, e por isso pode

poluir, acabou. Isso é uma visão atrasada”, disse.

Luciano chegou a citar indiretamente o Atlântica Parque, construído pela Vale e inaugurado recente-

mente em Jardim Camburi. “Não adianta achar que fazer parque, fazer ação pontual de apoio à cidade vai desobrigar a empresa a deixar de poluir. Uma coisa não tem nada a ver com a outra”, explicou.

O prefeito destacou, ainda, que neste verão a situação do pó preto piorou, e falou sobre os prejuízos à saúde da população. “Sou médico. Sei que as partículas microscópicas desse pó preto vão parar dentro do pulmão, e o pulmão não consegue expelir e ele acaba cobrindo essas partículas com tecido cicatricial. Se fizermos análise dos pulmões de quem mora em Vitória veremos pulmões de fumantes, mesmo que não sejam fu-

mantes. Basta! Nós vamos apertar o cerco e não me venham com discurso econômico”, afirmou.

Ao ser questionado sobre a interdição das áreas da Vale, o prefeito disse que fiscais da prefeitura notificaram a mineradora na noite da última quinta-feira e disse que eles voltariam à empresa para conferir se a determinação estava sendo respeitada. “Se essas áreas funcionarem nós vamos pedir força policial e vamos declarar crime ambiental na Delegacia de Meio Ambiente. Da parte de Vitória, enquanto estiver indo calcário, minério e carvão para a praia a empresa não vai funcionar”, garantiu Luciano Rezende.

VISTORIA DO GOVERNO NA MINERADORA

FISCAIS DO IEMA NA VALE

Questionado sobre a interdição de usinas da Vale pela Secretaria de Meio Ambiente de Vitória, o governador do Estado, Renato Casagrande, afirmou que solicitou ao Iema que fiscais fossem à Vale. Por sua vez, o órgão afirmou que os técnicos vistoriaram ontem o pátio de insumos,

a Bacia de Sedimentação e Reservação (BSR) e as vias de captação de água pluvial do pátio de carvão da Vale. Mas de acordo com o Iema, a nota técnica da vistoria não foi finalizada. O órgão não respondeu sobre as críticas feitas pelo secretário de Meio Ambiente de Vitória.

| MEIO AMBIENTE |

DEMORA DE ATÉ 15 ANOS PARA PAGAR MULTAS

Procuradora critica brechas na lei que permitem muitos recursos

CAÍQUE VERLI
cvsouza@redgazeta.com.br

“O Poder Judiciário é demorado. Ainda existem muitas estratégias e recursos que podem ser usados pela defesa para protelar o pagamento das multas. Isso precisa mudar.” A fala é da procuradora do município de Vitória, Flávia Marchezini, que critica a demora para que as empresas punidas por infrações ambientais paguem multas aplicadas pelos órgãos de fiscalização.

A procuradora contou que o tempo chega a ser retardado por mais de 10 anos. Para se ter uma ideia, somente em 2016 a Vale pagou multas que foram aplicadas pela Prefeitura de Vitória em 2000, ou seja, mais de 15 anos depois.

A empresa foi autuada naquele ano por descumprimento de condicionantes ambientais do licenciamento e por causar poluição atmosférica.

Em 2016, passou a vigorar o novo Código de Processo Civil (CPC), que regula a tramitação das ações judiciais, com



Embarque no Porto de Tubarão: Vale levou mais de 15 anos para quitar multas emitidas pela prefeitura

a promessa de agilizar as decisões da Justiça por meio de medidas como o estímulo ao acordo entre as partes e a limitação no número de recursos. Mesmo assim, a procuradora opina que são necessárias mais mudan-

ças para deixar os processos mais ágeis.

“Com a reforma, não vai demorar tanto tempo, mas não podemos esperar um período inferior a 5 anos se os advogados recorrerem em todas as instâncias”, co-

menta Marchezini.

Após ser multada, a empresa pode entrar com dois recursos dentro da esfera administrativa. Mesmo perdendo, ainda pode questionar judicialmente a punição e aí a decisão final pode se arras-

tar por mais dez anos.

A procuradora destaca que a aplicação de multas é importante para que as empresas aprimorem a gestão e evitem tragédias, como a de Brumadinho e Mariana, e a poluição por pó preto

“Multar é um ato importante que impacta o planejamento da empresa e coibe infrações ambientais, e não para a destruição”

FLÁVIA MARCHEZINI
PROCURADORA
DE VITÓRIA

na Grande Vitória.

“As empresas aprendem por meio dos incentivos, seja no amor ou na dor, com as multas aplicadas. Multar é um ato importante que impacta o planejamento financeiro da empresa e é importante para coibir infrações ambientais e não para a destruição”, opina Marchezini, que também é professora de Direito Ambiental.

Ambientalista diz que interdição foi “midiática”

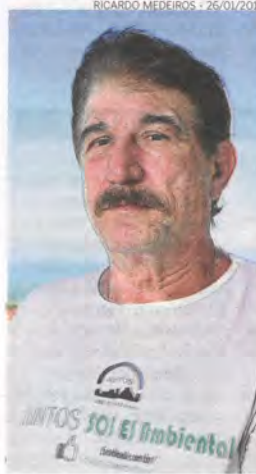
O ambientalista e presidente da ONG Juntos SOS Espírito Santo Ambiental, Eraylton Moreschi Júnior, classificou o fechamento de áreas da Vale por parte da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) como “midiática”. Para ele, ao longo dos anos diversas ações poderiam ter sido feitas para diminuir o impacto ambiental causado pela emissão de pó preto.

Ele lembra, por exemplo, que em 2007 uma das condicionantes para a construção da 8ª usina da Vale seria a instalação de uma estação de monitoramento na região de São

Pedro, em Vitória.

Como em 2014 essa instalação ainda não tinha acontecido, foi colocada novamente a instalação desta estação como uma condição para o funcionamento da usina na licença de operação daquele ano.

“Mais uma vez a condicionante foi colocada na licença de operação de 2018. Ou seja, são 11 anos sem o atendimento desta condição e, nesse tempo, nós não vimos, em momento algum, cobrança do município para que fosse feita a instalação desta estação na região de São Pedro”, lembra Moreschi.



“Decisão da Prefeitura de Vitória de interditar usinas da empresa foi midiática. Medidas poderiam ter sido tomadas muito antes, mas não foi feito absolutamente nada”

ERAYLTON MORESCHI
PRESIDENTE DA ONG
JUNTOS SOS AMBIENTAL

Ele também fala sobre a revisão e regulamentação da lei 8.803 que dispõe sobre o padrão de qualidade do ar.

Sobre isso, a Prefeitura de Vitória afirmou que a responsabilidade por tal fiscalização é do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). Até o fechamento deste edição, o órgão não tinha respondido os contatos feitos pela reportagem.

DENÚNCIAS

O ambientalista foi categórico ao dizer que o fechamento das usinas foi “midiático”.

Ele lembra que entre janeiro de 2016 e 2019 a ONG SOS Junto Espírito Santo Ambiental, da qual ele é presidente, fez uma série de denúncias na prefeitura sobre a poluição do ar.

“Aí, em janeiro, teve a tragédia em Brumadinho (rompimento de barragem da Vale, em Minas Gerais) e, pouco dias depois, sai a primeira multa para Arcelor e, agora, para a Vale. Medidas poderiam ter sido tomadas muito antes, mas não foi feito absolutamente nada”, justifica o ambientalista.

Por fim, ele afirmou que aprova a aplicação das multas que foram aplicadas pela Semmam.



Vista da planta industrial da Vale, em Tubarão

NÚMEROS

8,6

MILHÕES DE TONELADAS
► Produção de janeiro a setembro

Foi o volume de pelotas produzido pelas quatro usinas paralisadas nesses três trimestres de 2018.

32

MIL TONELADAS
► Produção diária

É a capacidade de produção por dia das quatro usinas com atividades paralisadas.

3,7

MILHÕES DE DÓLARES
► Receita

É o faturamento diário da Vale com a pelletização nessas quatro usinas de pelletização.

| MEIO AMBIENTE |

PREJUÍZO DE 3,7 MILHÕES DE DÓLARES POR DIA

Com interdição, quatro usinas de pelletização estão paradas

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

O cenário de crise vivido pela Vale ganha mais um elemento de tensão com a paralisação de quatro usinas de pelletização da companhia, após a Prefeitura de Vitória interditar três áreas do Complexo de Tubarão, na noite da última quinta-feira, 7.

Com um dos sistemas de tratamento de efluentes impedido de receber parte da água usada no processo industrial, a empresa está deixando de produzir 32 mil toneladas de pelotas de minério por dia. Os reflexos disso para o caixa da mineradora é a perda de uma receita diária de 3,7 milhões de dólares.

Estão sem atividades as usinas de 1 a 4. Essas representam, de acordo com o relatório de produção da Vale, quase 40% das pelotas fabricadas em Vitória.

A "tempestade" que tem

coberto a Vale até esta semana não tinha ainda atingido o Espírito Santo. Mesmo com a tragédia em Brumadinho, o descomissionamento de dez barragens do Sistema Sudeste e a decisão judicial que levou à brusca queda da exploração da mina de Brucutu, a empresa, segundo especialistas, planejava não mexer na sua produção de pelotas para honrar contratos já firmados.

Em Tubarão, a Vale tem quatro sistemas para tratamento de efluentes líquidos interligados. Um deles, com a ação da prefeitura, está sem operar. Ainda estão lacrados o pátio de insumos próximo à lagoa 9 e às vias de circulação que contribuem para o aumento dos sólidos suspensos.

Com a forte chuva de quinta-feira, os reservatórios ficaram ainda mais cheios. Sem poder usar um dos sistemas e com a saturação dos outros, a

1 bilhão DE DÓLARES

Foi a receita das oito usinas de pelletização da Vale no 3º trimestre do ano passado.

8,7 MILHÕES

Foi o volume de pelotas produzidos pelas oito plantas de pelletização no 3º trimestre de 2018.

saída da empresa foi reduzir a produção de pelotas.

A água armazenada nessas estruturas é resultado da lavagem de piso, umecção de vias e aspersão de pilhas. É tratada para ser novamente aproveitada. Quando os sistemas estão

com a capacidade acima do limite, os efluentes acabam vazando para o mar.

Fontes ligadas ao setor afirmam que a paralisação das atividades das quatro usinas colocam em jogo 5 mil empregos da cadeia produtiva. "Acredito que a interdição não vai durar muito, pois, apesar dos problemas ambientais, não existe um quadro de risco de morte. Existem alternativas para mitigar esses impactos", avalia um especialista.

Outro consultor da área industrial acredita que a melhor alternativa agora para a Vale seria dialogar com a prefeitura. "Um termo de ajustamento de conduta, com aval do Ministério Público, pode ser uma forma de se resolver essas pendências no curto prazo para que a empresa volte a sua operação normal".

Ele analisa ainda que a postura da companhia nos últimos anos afastou

a empresa da sociedade. "Ela se distanciou das comunidades. A Vale é um ativo muito importante para não ter uma boa relação com a população."

RECORDES

As quatro usinas de pelletização que estão sem operar produziram nos três primeiros trimestres do ano passado 8,6 milhões de toneladas de pelotas.

O relatório de produção dos meses de julho, agosto e setembro afirma que a empresa bateu recorde de produção de pelotas, principalmente por causa do religamento das plantas I e II.

As oito usinas de Tubarão correspondem a 62% da produção de pelotas da companhia, o restante está na planta de Fábrica, Vargem Alta e Omã.

JUSTIÇA

Ontem, a Vale deu en-

trada na Justiça Estadual com uma ação para tentar reverter a interdição. O processo corre na 3ª Vara da Fazenda Pública de Vitória. Até o início da noite, não havia decisão.

Em comunicado, a Vale disse que está cumprindo a determinação de imediato e vai analisar o teor do auto de interdição para adotar as medidas cabíveis.

Nas últimas fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a empresa disse que não foi constatada nenhuma irregularidade nesse sistema e os laudos de monitoramento de outubro a dezembro de 2018 indicam que os efluentes estão dentro dos parâmetros estabelecidos.

A Vale ainda ressaltou que monitora os corpos d'água que recebem efluentes há mais de 30 anos, sem que haja qualquer alteração na qualidade.

| MEIO AMBIENTE |

DANOS A PEIXES, PLANTAS E HUMANOS

Especialistas apontam que, mesmo em limite tolerável, pó de minério é prejudicial

▲ BEATRIZ MARCARINI
beatriz.marcarini@redgazeta.com.br

Modificação da célula e retardado no desenvolvimento dos peixes, alteração no processo de fotossíntese e problemas respiratórios são alguns dos problemas que o pó de minério pode causar à vida de animais, humanos e plantas. E, mesmo o limite tolerável – que é de 14 gramas por metro quadrado em 30 dias, segundo o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) – é considerado prejudicial a longo prazo.

O professor de biologia e meio ambiente Walter Có explicou como, de pouco em pouco, o famoso pó preto que há anos incomoda a vida de moradores da Grande Vitória pode prejudicar a saúde de humanos e animais, e o desenvolvimento das plantas.

“Esse é um problema geral e afeta todo tipo de vida. Todo dia você inalando e tendo contato com o que é considerado tolerável é claro que, a longo prazo, isso tem impacto na saúde e no

meio ambiente. Qualquer animal e humano pode ter problema respiratório. Já nas plantas cria-se uma cobertura de pó nas folhas que pode prejudicar a fotossíntese atrapalhando o desenvolvimento delas”, descreve o professor.

Um dos motivos que levou a Secretaria de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) a interditar três áreas da empresa Vale na noite da última quinta-feira foi o fato de materiais como carvão, miné-



Pilha de minério: de pouco em pouco, pó causa problemas ao meio ambiente



“Todo dia você inalando e tendo contato mesmo com o que é considerado tolerável, é claro que, a longo prazo, isso tem impacto na saúde e no meio ambiente”

WALTER CÓ BIÓLOGO

rio, calcário e outras substâncias estarem sendo despejados no mar.

ESTUDO

Um estudo do qual a professora e bióloga e professora Adriana Chippari Gomes fez parte indicou que o minério causa diversos problemas a peixes e anfíbios.

“Vimos que os peixes, quando expostos ao minério, sofrem retardamento no desenvolvimento. Ao ficar mais tempo nessa fase, o peixe fica mais sensível e vulnerável, podendo ser mais atacado por predadores. Isso pode causar problemas na ecologia da espécie e causa danos para o ambiente em geral, porque gera um desequilíbrio”, afirma a professora que destacou que são dados consistentes con-

seguidos a partir de estudos sobre o impacto do minério no meio ambiente.

A professora Adriana Chippari alerta que, muitas vezes, as pessoas esperam um grande desastre ambiental para se atentar para os danos que a natureza sofre. Mas, ela afirma, há uma degradação silenciosa que, ao longo prazo, causa danos muito sérios.

“Às vezes, fica todo mundo esperando acidentes grandes para tomar providências, mas o mais perigoso é a liberação silenciosa desses elementos na natureza que ninguém vê. Ela vai alterando a comunidade daquele local, onde o minério está sendo lançado. Os efeitos são tóxicos de vários lados, por isso, precisa ser bem avaliado”, salienta a professora.

Aumento de poeira em 8 de 10 estações

▲ No mês de dezembro, oito dos 10 locais monitorados pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) apresentaram aumento da emissão de poeira sedimentável – pó preto – em comparação com o mês de novembro. No entanto, nenhum deles ultrapassou o padrão de poeira considerado aceitável pelo Iema, que é de 14 gramas por metro quadrado em um período de 30 dias.

Em Vitória, o limite permitido é de 6,2 gramas de poeira por metro quadrado. Três dos cinco lugares monitorados na Capital acumularam uma quantidade de pó preto superior ao que é permitido.



Estações de monitoramento na Enxada do Suá

Os postos com a poluição acima do tolerado ficam na Ilha do Boi, Enxada do Suá e no Centro da cidade. Para a Rádio CBN Vitória, o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Ema-

nuel Zouain, diz que a cidade pretende aumentar a fiscalização e não descarta também a aplicação de multa para as empresas responsáveis pela poluição.

“Vamos fiscalizar mais

efetivamente alguns pontos das empresas. Se nós identificarmos descumprimento nas regras de controle que nós fazemos, nós vamos multar a empresa”, disse o secretário municipal.

ENSEADA DO SUÁ

Durante o ano de 2018, apenas uma estação, localizada no Corpo de Bombeiros, na Enxada do Suá, apresentou níveis de poeira superior ao permitido pela legislação ambiental. Sua marcação em agosto daquele ano foi de 14,2 gramas por metro quadrado em um período de 30 dias. Foi o nível mais alta registrado em 2018.

MEDIÇÕES DE POEIRA DE 2018

HOSPITAL DÓRIO SILVA

► Laranjeiras, Serra
- Novembro: 4,1g/m²
- Dezembro: 6,3g/m²

ARCELORMITTAL TUBARÃO

► Carapina, Serra
- Novembro: 4,1g/m²
- Dezembro: 3,1g/m²

UNIDADE DE SAÚDE

► Jardim Camburi, Vitória
- Novembro: 4,4g/m²
- Dezembro: 4,5g/m²

CORPO DE BOMBEIROS

► Enxada do Suá, Vitória
- Novembro: 8,3g/m²
- Dezembro: 10,4g/m²

MINISTÉRIO DA FAZENDA

► Centro, Vitória
- Novembro: 5,8g/m²
- Dezembro: 6,4g/m²

4º BATALHÃO DA PM

► Ibes, Vila Velha
- Novembro: 4,5g/m²
- Dezembro: 6,1g/m²

COLÉGIO MARISTA

► Centro, Vila Velha
- Novembro: 3,1g/m²
- Dezembro: 3,6g/m²

CEASA

► Vila Capixaba, Cariacica
- Novembro: 7,4g/m²
- Dezembro: 7,1g/m²

HOTEL SENAC

► Ilha do Boi, Vitória
- Novembro: 4,7g/m²
- Dezembro: 7,6g/m²

CLUBE ÍTALO BRASILEIRO

► Ilha do Boi, Vitória
- Novembro: 3,8g/m²
- Dezembro: 5,0g/m²

Complexo de Tubarão, em Vitória, onde Vale atua



| MEIO AMBIENTE |

JUSTIÇA NEGA PEDIDO PARA ANULAR MULTA DE 2016

Na época, Vale foi interditada por cinco dias por poluição

▲ NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

Um pedido da Vale para se livrar de uma multa de R\$ 34 milhões e ter seu nome retirado da dívida ativa do município de Vitória foi negado pela Justiça estadual, ontem. Essa multa é referente à interdição de 2016, quando o porto da mineradora, no Complexo de Tubarão, foi interditado por cinco dias pela Polícia Federal, por decisão da Justiça Federal. Na última quinta-feira, a empresa foi alvo de outra interdição, também por poluir o mar e o ar da Capital.

A multa havia sido aplicada pela prefeitura. A empresa recorreu em todas as instâncias administrativas, mas não obteve sucesso. Em dezembro do ano passado, a multa foi confirmada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (Consema). Foi dado à mineradora um prazo para quitá-la, o que não aconteceu. Em decorrência disso, em janeiro deste ano, a prefeitura inscreveu a empresa no cadastro da dívida ativa do município.



Operação da PF em 2016 flagrou pó caindo no mar

A decisão de ontem é da juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória, Heloisa Cariello. Ela negou um pedido da empresa para suspender a obrigatoriedade de pagamento da multa e os efeitos dos autos de infração lavrados por Vitória no ano de 2016.

Além disso, a empresa pediu a retirada de sua inscrição em dívida ativa, expedição de certidão positiva de débitos com efeitos negativos em seu favor e, ainda,

POLÍCIA FEDERAL - DIVULGAÇÃO/ARQUIVO

que o Município se abstenha de realizar o protesto do crédito ou a sua suspensão.

Entre os argumentos utilizados no pedido da Vale, está o de que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam) não seria órgão competente para lavrar autos de infração. Além disso, a Vale afirmou que nenhum ato seu teria sido atribuído como causa do suposto dano ambiental e que se faz necessária a produção de laudo técnico para dimensionar os supostos danos ambientais. Ainda de acordo

com o processo, a mineradora argumentou que foi atuada por "incômodo de vizinhança" e "que o mero incômodo não é capaz de causar danos à saúde pública".

Ao analisar o pedido, a juíza destacou que, pelo menos nessa fase processual, o argumento de que a Semmam não tem competência para a autuação é frágil, pois a proteção do meio ambiente e o combate à poluição são, também, atribuições dos municípios.

Com relação ao pedido da empresa de suspender a multa a partir do oferecimento de seguro-garantia, a juíza destaca que as regras do código tributário nacional não são válidos nos casos de multa por infração ambiental.

Segundo a magistrada, mesmo que se cogitasse a utilização do seguro-garantia, como este vence em 11 de janeiro de 2024, isso não daria segurança ao credor, já que a duração do processo pode ultrapassar o prazo previsto, o que deixaria a dívida sem garantia.

HISTÓRICO DE MULTAS

JANEIRO DE 2016

► Prefeitura de Vitória

Aplica multa contra a empresa Vale por degradação ou poluição de elevado impacto ambiental que apresente iminente risco para a saúde pública e ao meio ambiente, no valor de R\$ 34.236.715,96. A mineradora recorreu em todas as instâncias, mas perdeu em todas. O processo foi concluído no fim do ano passado. A multa foi aplicada após a Polícia Federal flagrar pó preto caindo no mar.

CADASTRO

► Devedores

Como a empresa perdeu todos os recursos e a multa aplicada em 2016 foi confirmada, foi dado à Vale um prazo para quitar a dívida, o que não ocorreu. Em decorrência disso a empresa foi incluída no cadastro da dívida ativa.

OUTRA

► Multa

Outros dois autos de infração foram aplicados à empresa na noite da última quinta-feira, novamente por poluir o meio ambiente e provocar dano ambiental. O valor das multas, somado, supera os R\$ 35 milhões.

IEMA

► Outras

Em fevereiro de 2016, o IEMA também aplicou uma multa de R\$ 3 milhões contra a Vale, que foi mantida após recursos. Outras três multas aplicadas à Vale, no valor de R\$ 1,34 também por poluição ambiental estão sendo avaliadas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). A mineradora também foi inscrita na dívida ativa do Estado por não pagamento de multas.

| MEIO AMBIENTE |

MORADORES DEIXAM CASAS POR RISCO EM BARRAGENS

Sirenes de alerta soaram de madrugada em duas cidades mineiras

▲ Moradores dos municípios de Barão de Cocais, na Região Central de Minas Gerais, e de Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram obrigados a deixar as suas casas na madrugada de ontem por risco de novo acidente com barragens construídas com o método à montante, o mesmo da represa de Brumadinho, que se rompeu no dia 25 de janeiro. As barragens são da Vale e da ArcelorMittal.

Em Barão de Cocais, cerca de 500 pessoas das comunidades de Socorro, Tabuleiro e Piteiras saíram de casa por volta de 1h, após sirenes de alerta serem acionadas. A determinação para

a retirada dos moradores de Cocais foi da Agência Nacional de Mineração e surgiu por causa da Barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, da Vale.

De acordo com a mineradora, a consultoria Walm negou a Declaração de Condição de Estabilidade da estrutura. Com a declaração negada, a empresa teve que começar a executar o nível 1 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração. Sirenes foram acionadas, e os moradores começaram a deixar suas residências.

Em Itatiaiuçu, cerca de 50 famílias do povoado de Píneiro foram desalojadas

após alerta feito pela Defesa Civil sobre risco de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul, que pertence à mineradora ArcelorMittal.

O povoado fica a 1,5 quilômetro da barragem. Segundo a mineradora, cerca de 200 pessoas foram levadas para um hotel em Itaúna, na Região Centro-Oeste do Estado. O porta-voz do Corpo de Bombeiros, tenente Pedro Aihara, disse que uma família se recusou a deixar o local e que está sendo monitorada pelo órgão.

A ArcelorMittal informou ainda que a medida resultou de uma auditoria espontânea contratada pela empresa. "A ação decorre de



Mina de Gongo Soco, da Vale, está localizada na região de Barão de Cocais

uma inspeção e auditoria minuciosas da barragem de rejeitos, que foram realizadas após os recentes incidentes acontecidos no setor de mineração, no Brasil. Empregando uma metodologia mais conservadora, a auditoria independente responsável pela declaração de estabilidade revisou o último relatório e adotou para a barragem um Fator de Segurança (Factor of Safety ou FoS) mais restritivo", informou na empresa, por nota.

SUSTO

Os moradores de Barão de Cocais chegaram de pijamas e muito assustados a um ginásio da ci-

dade, muitos por conta própria. Eles foram levados a hotéis locais e de municípios da região. De acordo com a Vale, 270 pessoas já se cadastraram para a realocação, no início da manhã de ontem.

Em nota, a Vale "ressalta que a decisão é preventiva". Ainda segundo o informe da empresa, "como medida de segurança, a Vale está intensificando as inspeções da barragem Sul Superior. Também será implantado equipamento com capacidade de detectar movimentações milimétricas na estrutura". A Vale informou ainda que consultores internacionais farão uma nova

avaliação da situação no próximo domingo.

O secretário de Comunicação de Barão de Cocais, Mardem Chaves, disse que as comunidades de onde os moradores foram retirados ficam a cerca de dois quilômetros da barragem, que está desativada.

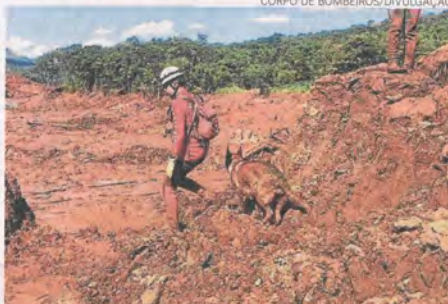
Embora as operações de retirada de moradores tenham acontecido com pouco tempo de diferença, o chefe da Defesa Civil de Minas Gerais, tenente-coronel Flávio Godinho, ressaltou que não há ligação entre as duas ocorrências e que a proximidade de horário se trata de uma coincidência. (O Globo)

Reunião sobre ajuda financeira às vítimas termina sem acordo

▲ A força-tarefa que cuida do caso de Brumadinho e a Vale tiveram ontem uma reunião extrajudicial para tratar sobre o valor da ajuda emergencial para as famílias dos atingidos pelo deslizamento do Córrego do Feijão. O encontro, que aconteceu na 6ª Vara da Fazenda Pública, em Belo Horizonte, terminou sem nenhum acordo.

Os atingidos, através do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pedem uma ajuda emergencial de um salário mínimo por pessoa adulta da família, meio salário-mínimo para adolescente e 20% desse valor para criança.

A contraproposta da Vale foi oferecer o mesmo valor dado aos atingidos em Ma-



Brumadinho: bombeiros em operação de resgate

riana, em 2015: um salário por família, além de 20% para dependentes. Tanto a força-tarefa quanto o MAB alegam que o valor foi insuficiente para reestruturação das famílias de Mariana e não fecharam acordo.

A Defesa Civil de Minas informou, na tarde de ontem, que subiu para 157 o número de mortes em consequência do rompimento da barragem de rejeitos, e 165 pessoas estão desaparecidas.

Justiça manda Vale pagar R\$ 13,5 milhões ao governo de Minas

▲ Atendendo a pedido do governo de Minas Gerais, a Justiça determinou ontem que a mineradora Vale restitua o estado em R\$ 13,5 milhões. O valor foi gasto até agora com as buscas em Brumadinho, após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no último dia 25. Na decisão, o juiz Elton Pupo Nogueira, da 6ª Vara de Fazenda Estadual, estabeleceu que o pagamento fosse feito com urgência.

De acordo com o governador mineiro, sob administração de Romeu Zema (Novo), esse valor contabiliza gastos parciais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil. A conta também inclui gastos com combustível e maquinário, como as 11 es-

PRESIDENTE DA VALE

PEDIDO DE PRISÃO

O Ministério Público de Minas Gerais já teria pronto o pedido de prisão contra o presidente da Vale, Fabio Schwartsman, e diretores da empresa. A informação foi confirmada por duas fontes da revista "IstoÉ". O pedido é em função do rompimento da barragem em Brumadinho.

cavadeiras comuns, cinco pás carregadeiras, seis caminhões e cinco escavadeiras anfíbias usadas ontem.

Procurada, a empresa se manifestou por nota: "A Vale reitera o compromisso de adotar todas as medidas para recuperação dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Feijão. Reconhece, ainda, o enorme esforço e a valiosa atuação coordenada de todas as instituições públicas, estaduais e federais, parte do processo de recuperação".

O governo também apresentou uma proposta de Termo de Ajuste Preliminar (TAP), com outras ações de responsabilidade da empresa que garantiriam medidas emergenciais, entre elas, o pedido para que a Vale arque com um salário emergencial para os atingidos. (O Globo)

| MEIO AMBIENTE |

JUSTIÇA MANDA SAMARCO RETOMAR INDENIZAÇÕES

Renova deve notificar beneficiados e fazer complementação financeira

◀ O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acolheu os argumentos das instituições públicas que atuam na defesa das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, em Mariana (MG), e mandou a Samarco voltar a pagar auxílio financeiro emergencial (AFE) aos atingidos, sem desconto nas indenizações.

Assim como procuradores da República que integram a Força-Tarefa Rio Doce do Ministério Público Federal (MPF), promotores de Justiça do Ministério Público dos Estados de Minas Gerais (MPMG) e do Espírito Santo (MPES), membros da Defensoria Pública da União (DPU) e defensores públicos estaduais de Minas Gerais (DPEMG) e do Espírito Santo (DPES), o Tribunal entendeu que o pagamento com a compensação proposto pela Fundação Renova é indevido.

Portanto, o TRF1 determinou que a Fundação notifique todos os



Unidade da Samarco localizada em Ubu, Anchieta: atividades estão paralisadas desde novembro de 2015

beneficiados pelos programas e providencie a complementação financeira necessária, no prazo de 30 dias.

HISTÓRICO

Pessoas afetadas pela tragédia, incluindo aquelas que moram ao longo

do Rio Doce, de Minas ao Espírito Santo, não concordavam com uma decisão da Justiça mineira, que pretendia descontar a parcela do pagamento do lucro cessante de 2018, que é uma reparação anual dos prejuízos causados com o fim da pesca.

Alguns pescadores, por exemplo, recebem todos os meses um auxílio financeiro de um salário mínimo, mais 20% por dependente. No entanto, eles afirmam que muitos desses trabalhadores que fizeram o cadastro não receberam ainda o auxílio

nem a indenização.

Por conta disso, várias manifestações já foram feitas, incluindo uma no meio de janeiro, em Baixo Guanandu, com interdição da linha de trem da Vale, uma das controladoras da Samarco. Eles reivindicavam a inclusão de pescadores

que ainda não receberam a indenização e o auxílio financeiro, revisão de valores pagos, reconhecimento de vendedores de peixe, marisqueiros e areiros, além da inclusão de rios, manguezais e o mar como áreas atingidas.

Na época das manifestações, a Fundação Renova, responsável por gerenciar os recursos para a recuperação das áreas atingidas e ressarcimento dos moradores e trabalhadores prejudicados, informou que desde 2015 já foram pagos R\$ 1,3 bilhão em indenizações e auxílio financeiro emergencial a mais de 26 mil pessoas. Além disso, garantiu que quem tem direito vai continuar recebendo os benefícios.

Além do recurso proposto em conjunto pelas instituições públicas, a Justiça apreciou outro recurso sobre a mesma decisão, proposto por um escritório de advocacia. A decisão dada pelo TRF-1 levou em consideração esses dois recursos.

Peritos vão analisar se detonações em minas contribuíram para rompimento de barragem

◀ A empresa alemã Tuv Sud tinha recomendado que a Vale não fizesse detonações perto da barragem I, da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, que se rompeu. Peritos e especialistas que se juntaram à força-tarefa vão fazer estudos para saber se as explosões em minas vizinhas teriam ou não contribuído para a liquefação da barragem B1, onde, segundo os investigadores, já se notavam sinais de saturação, ou seja, de excesso de água no rejeito de minério.

Esta recomendação consta em um laudo da revisão periódica do reservatório, feita em junho de 2018 pela Tuv Sud. Havia uma "recomendação para a adoção de medidas que di-

minuam a probabilidade de ocorrência de gatilhos. Desta forma, deve-se evitar a indução de vibrações, proibir detonações próximas, evitar o tráfego de equipamentos pesados na barragem, impedir a elevação do nível de água no rejeito".

Nas investigações, a polí-

**754
EXPLOSÕES**

Número de detonações registrado em apenas seis meses na região da barragem que se rompeu, em Brumadinho, segundo observatório sísmológico da Universidade de Brasília.

cia tem analisado documentos e confrontado os depoimentos dos engenheiros da empresa que atestou a estabilidade com os dos funcionários da Vale.

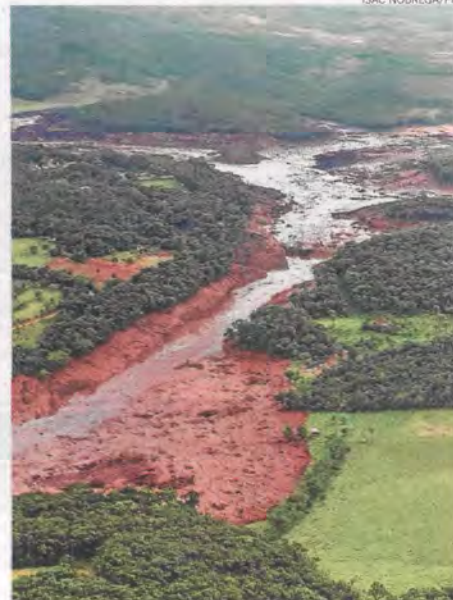
Em depoimento à força-tarefa, Rodrigo Gomes de Melo, gerente executivo do complexo onde ficava a barragem, disse ter conhecimento de que havia detonações nas minas de Jangada e Feijão, que eram rotineiras e aconteciam quase todos os dias, embora não fosse capaz de afirmar a periodicidade.

A informação bate com a do funcionário da Vale, Ricardo de Oliveira - gerente de Meio Ambiente. No depoimento, ele disse que explosões e detonações na mina fazem parte

do processo de exploração; mas não soube dizer se elas poderiam afetar o rejeito líquido.

Fotos e vídeos da investigação indicariam que a barragem tinha falhas na drenagem. Uma foto de satélite mostra uma lagoa sobre parte do reservatório. Um vídeo mostra uma barreira improvisada para impedir a chegada de água da nascente ao corpo da barragem.

A Vale declarou que a ocorrência de detonações é inerente às atividades de mineração. Essas atividades foram realizadas de forma monitorada nas minas do Córrego do Feijão e da Jangada e estavam de acordo com as recomendações da auditoria.



Área atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos

TRAGÉDIA EM LINHARES

Pastora desiste de sete testemunhas

Com a decisão da ré, audiência de instrução marcada para próxima terça foi cancelada

◀ Foi cancelada pela Justiça a audiência de instrução que aconteceria na próxima terça-feira sobre as mortes dos irmãos Kauã Salles Butkovsky, 6 anos, e Joaquim Salles Alves, 3, no Fórum Desembargador Mendes Wanderley, em Linhares. O fato foi motivado pela desistência, por parte da defesa da pastora Juliana Salles, de sete testemunhas.

A advogada da pastora manteve o depoimentos de apenas três testemunhas, que vão ser ouvidas no próximo dia 19, às 9 horas. Para a mesma data também está previsto a realização dos interrogatórios de Juliana e de seu



Juliana Salles é acusada de ser coautora no assassinato dos dois filhos, Kauã, 6 anos, e Joaquim, 3

marido, Georgeval Salles Alves, conhecido como pastor George. Os dois são réus em um processo onde foram acusados de mataram as crianças Joaquim e Kauã em um incêndio criminoso.

Procurada, a advogada Milena Freire, que representa Juliana, confirmou

o pedido de retirada das testemunhas que seriam ouvidas na próxima audiência.

“Quando nós cumprimos o prazo para defesa prévia, nós não tivemos tempo de verificar todos os pontos do processo. As provas produzidas até agora estão totalmente

benéficas para a Juliana e por isso só mantivemos as testemunhas que possuem algum ponto específico para esclarecer e que ainda não foram esclarecidos”, explica.

Já o advogado Síderon Vitorino, que representa a família do pai de Kauã e atua como assistente de

acusação, disse que a desistência das testemunhas enfraquece a defesa.

“A defesa já está enfraquecida. As testemunhas de defesa quando são levadas à audiência são questionadas também pelos advogados de acusação, e essas perguntas enfraquecem cada vez mais a



FOTOS: LIMBERTO LEMOS/INTERTV - REDES SOCIAIS

defesa de Georgeval e Juliana”, comentou.

O CASO

Na madrugada do dia 21 de abril de 2018, os irmãos Kauã e Joaquim morreram carbonizados na casa onde moravam, em Linhares. No dia 29 de maio, a Polícia Civil indiciou o pastor George Alves por duplo homicídio triplamente qualificado, duplo estupro de vulnerável, duplo crime de tortura e fraude processual.

Em 18 de junho, o Ministério Público denunciou o pastor pelo crime e também Juliana. Ela foi acusada de ser coautora do crime, pois teria conhecimento do risco que as crianças corriam por estarem sozinhas com George, o que caracterizaria omissão por parte da pastora.

**Audiência de ex-pastores
é cancelada pela Justiça**

A audiência do caso sobre as mortes dos irmãos Kauã Sales Butkovsky, 6, e Joaquim Sales Alves, 3, prevista para a próxima terça-feira no Fórum Desembargador Mendes Wanderley, em Linhares, foi cancelada pela Justiça.

A defesa manteve apenas três das 10 testemunhas que seriam ouvidas para a audiência no próximo dia 19, mesmo dia em que Juliana e Geor-geval Alves serão interrogados.

Acusado de tentar extorquir dinheiro de Amaro é solto

PM denunciado está proibido de manter ou portar armas de fogo e de trabalhar nas ruas

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpareira@redgazeta.com.br

O policial militar Marcos Fernando Ferreira, acusado de tentar extorquir o deputado estadual Amaro Neto (PRB), foi solto na quinta-feira. Ele estava preso no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar.

O alvará de soltura, expedido pela juíza Elza Maria de Oliveira Ximenes, proíbe o militar de manter ou portar armas de fogo e, bem como de manter contato com testemunhas.

A Polícia Militar confirmou que Marcos Fernando foi solto no mesmo dia em que o alvará foi expedido. A Justiça também determinou que o policial seja afastado do trabalho na rua. Deverá exercer apenas função administrativa.

Marcos Fernando deverá informar e justificar suas atividades em juízo a cada 30 dias e não poderá deixar a Região Metropo-



Amaro Neto, recém-empossado deputado federal, foi alvo de chantagem

TATI BELING/ALES

R\$ 500 MIL

Era o valor exigido pelo casal Marcos Fernando Ferreira e Keila Bonde, segundo denúncia da Polícia Civil.

litana sem autorização judicial.

O advogado do parlamentar, Ludgero Liberato, foi procurado e manifestou-se por nota. No texto, diz que a defesa não faria comentários sobre a soltura do policial, mas "destacou sua preocupação com a segurança" de Amaro Neto e com a dos familiares do deputado.

SOLTURA

A pedagoga Keila Bonde Ferreira, 36 anos, esposa de Marcos e também acusada de tentar extorquir R\$ 500 mil do deputado estadual e deputado federal eleito Amaro Neto, deixou o Centro Prisional de Cariacica no dia 15 de janeiro, após uma decisão

da Justiça.

Segundo a Justiça, ela não deve se ausentar da comarca sem prévia comunicação e autorização judicial; tem que comparecer à Justiça a cada 30 dias para informar e justificar atividades; comunicar eventual mudança de domicílio, comparecer aos atos processuais designados pela Justiça e não manter contato com eventuais testemunhas arroladas no processo.

O CASO

Marcos Fernando e Keila foram presos em flagrante no dia 30 de novembro, em Cariacica, acusados de tentarem extorquir dinheiro do deputado. Segundo a Polícia Civil, o policial teria exigido R\$ 500 mil para não tornar público um suposto vídeo íntimo entre o deputado e a esposa do militar.

As ameaças contra Amaro chegaram a acontecer pessoalmente, quando um representante do deputado foi à casa de Fernando e Keila, onde foi informado que a vítima tinha que pagar o valor exigido.

CASO AMARO

PM acusado de chantagem é solto

A juíza Elza Maria de Oliveira Ximenes, da 3ª Vara Criminal de Cariacica, determinou a soltura do policial militar Fernando Marcos Ferreira, acusado de chantagear o deputado federal Amaro Neto (PRB). A decisão foi proferida na última quinta-feira e, no mesmo dia, ele foi posto em liberdade.

Fernando e sua mulher, a pedagoga Keila Bonde Ferreira, foram presos em 30 de novembro acusados de tentar extorquir R\$ 500 mil de Amaro. Eles teriam ameaçado divulgar suposto vídeo íntimo do parlamentar com a pedagoga, com quem ele assumiu ter mantido um caso extraconjugal.

Keila está em liberdade desde meados de janeiro. Por ser militar, Fernando estava preso no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar em Maruípe, Vitória.

Segundo a assessoria da PM, ele foi liberado logo após o alvará de soltura, no qual a juíza determina uma série de proibições.

Entre elas, Fernando não pode se ausentar da comarca da capital (Região Metropolitana) sem prévia autorização judicial; e fica proibido de ter contato com as testemunhas arroladas nos autos e seus familiares, devendo manter distância de 500 metros delas.

A decisão ainda pontua que ele deve manter o afastamento do trabalho externo da Polícia Militar, o patrulhamento ostensivo e deve ser realocado em função administrativa. Além disso, deve entregar a arma de fogo ao Comando Geral da PM, ficando proibido de portar, transportar ou manter sob guarda.

A defesa do policial militar não se manifestou em razão do sigilo de justiça determinado no processo. Já a defesa do deputado federal Amaro Neto informou, por meio de nota, que “não comentaria a decisão judicial, mas destacou sua preocupação com a segurança do deputado e de sua família”.

DIVULGAÇÃO



AMARO destacou preocupação com segurança pessoal e da família



LEONEL XIMENES

LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

50% dos feminicídios envolvem os maridos

Dados do Observatório de Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, apontam que os maridos foram responsáveis por 50% dos casos de assassinatos de mulheres até o último dia 4 de fevereiro no ES – nos outros 50% das ocorrências não foi informada a relação da vítima com os criminosos. Até essa data, já haviam sido registrados nove homicídios dolosos, sendo que seis deles se enquadram na categoria de feminicídio.

O perfil

O feminicídio é o homicídio doloso praticado contra a mulher em razão da condição do sexo feminino. Decorre, muitas vezes, de circunstâncias de violência doméstica e familiar. A maioria das vítimas está na faixa etária entre 30 e 39 anos. Um total de 44% das mulheres tinha idade entre 35 e 39 anos, e 11% no intervalo de 30 a 34 anos.

As armas

Os criminosos que mataram mulheres neste ano utilizaram, na maioria das vezes, armas de fogo: 67%. Em seguida vem a arma branca (22%); outros meios representam 11%. Quarta-feira foi o dia com maior incidência de caso (33%), enquanto quinta-feira contou 22% dos homicídios dolosos de mulheres.

A cor

A maior parte das mulheres assassinadas neste ano tem cor parda: 75%.

Empresário é preso em Aracruz por agredir mulher

Um empresário foi preso ao agredir a mulher, uma dentista, que estava com a filha do casal, um bebê, no colo. Segundo a titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) de Aracruz, delegada Amanda da Silva Barbosa, após a agressão, o acusado foi à delegacia fazer queixa contra a mulher, mas terminou preso.

O caso foi no último domingo, em Aracruz, Norte do Estado. Segundo a delegada, Fabricio Alves Queiroz e a mulher tinham ido a uma praia do município, onde Fabricio iria participar de uma competição de corrida.

“Eles ainda beberam na praia e houve uma discussão. O casal foi para o carro e Poliana sentou no banco de trás com a filha. No veículo, ele teria a agredido e causou um ferimento acima do supercílio, que sangrou bastante. A criança ficou cheia de sangue”.

Após chegar em casa, a vítima foi acolhida por uma vizinha, que a levou até o Hospital Maternidade São Camilo, onde levou três pontos.

Já Fabricio foi registrar ocorrência na 13ª Delegacia Regional de Aracruz. “Ele estava com arranhões no braço e foi ao local registrar contra a mulher. Mas o delegado de plantão desconfiou e, ao ir até o hospital, viu a situação e a versão da dentista. Ele ficou na delegacia e terminou preso”.

O empresário foi autuado por lesão corporal na forma da Lei Maria da Penha e embriaguez ao volante e foi encaminhado ao presídio. “Ele já foi preso uma vez por delito contra a mulher e sabia que poderia ir preso novamente. Por isso tentou ir à delegacia para contar uma versão”, contou a delegacia.

A titular da Deam contou que em 2016 a mulher tinha uma medida protetiva contra ele e em setembro do ano seguinte ele foi denunciado. “O delegado de plantão do domingo se recordou de que em 2016 foi ele quem pegou o flagrante de Fabricio contra a mulher, que também envolvia violência doméstica. Eu a ouvi na segunda-feira. E nesse mesmo dia a Justiça converteu a prisão do acusado em preventiva”.

Procurada, a defesa informou se pronunciaria só na próxima segunda-feira.

ARQUIVO PESSOAL



DELEGADA Amanda Silva: prisão

UM TEMA, DUAS VISÕES

Presos devem ressarcir o Estado?

Projeto que obriga detentos a pagarem por suas despesas na prisão já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e pode mudar a Lei de Execução Penal

Medida vai criar cenário de escravidão

Manoela Soares é advogada especialista em Direito Penal e Processo Penal

Há muitos motivos para discordarmos do projeto de lei nº. 580/2015, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Essa proposta, que obrigaria o preso a ressarcir, mediante recursos próprios ou labor, todas as despesas suportadas pelo Estado durante o período de encarceramento, ameaça nos aproximar de um cenário de escravidão, além de ignorar formas alternativas de pena.

Através da medida supramencionada, o autor do projeto argumenta que sobrará mais recursos para serem aplicados na saúde, educação e infraestrutura do país. Observando os números, realmente devemos ficar alarmados: o Brasil concentra mais de 726 mil pessoas presas, perdendo apenas para os EUA (2,14 milhões) e China (1,6 milhão), de acordo com o World Prison Brief. Ao contrário desses dois países, todavia, o Brasil está aumentando tal quantitativo, conforme relatório "Justiça em Números 2018", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, indicando que duas, em cada três das execuções penais iniciadas no ano de 2017, consistiram em privação de liberdade, relegando ao esquecimento alternativas de pena com menor custo para o Estado.

Nesse cenário, com a devida vênia, acreditamos que a ideia ventilada no projeto de lei nº. 580 de 2015 não reduzirá a criminalidade, tampouco desonerará o Estado. A conclusão não é difícil de ser alcançada e se baseia nas sinceras (e notórias) dificuldades que o egresso do sistema carcerário enfrenta para se reinserir. Há preconceito social e as vagas de trabalho tornam-se escassas, pela falta de atualização e aperfeiçoamento. A todos esses relevantes detalhes, acrescentaríamos um novo percalço, qual seja, o endividamento, passível de negatificação, restrição a crédito e até mesmo ações judiciais de cobrança, sobrecarregando ainda mais a Justiça.

Salvo entendimento contrário, focar em quem já se encontra afundado em problemas não pode ser a melhor saída para uma sociedade que se considera civilizada. Não podemos esquecer que os crimes também preveem penas de multa, e que a maioria dos condenados são pessoas carentes financeiramente, inclusive assistidos pela Defensoria Pública, revelando-se ineficaz o cumprimento de penas pecuniárias.

Sob o ponto de vista constitucional, releva ponderar a existência de uma

—
Acreditamos que a ideia ventilada no projeto de lei nº. 580 de 2015 não reduzirá a criminalidade, tampouco vai desonerar o Estado

cláusula pétrea, constante no artigo 5º, inciso XLVII, alínea c, a qual veda expressamente o trabalho forçado, previsão também inserta na Convenção Americana dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Quem conhece minimamente uma estrutura penitenciária sabe que não existe campo de trabalho, bem como oferta laboral para todos os internos.

Nesse sentido, vale lembrar que o Estado do Espírito Santo possui mais de 22 mil presos. Existem múltiplas formas de cumprimento de pena além da prisão. O projeto de lei nº. 580 de 2015 nos aproxima do cenário da escravidão, pois os encarcerados estarão obrigados a, literalmente, trabalhar em troca de água, roupa e comida, sem muitas chances de sobreviverem de forma independente após alcançarem a liberdade.

O custo da prisão é do criminoso

Carlos Eduardo Ribeiro Lemos é juiz de Direito estadual, professor de Direito Penal da FDV e mestre em Direitos e Garantias Constitucionais

O ócio é a moradia do diabo. A não ocupação produtiva do sujeito alimenta frustrações e rancores, principalmente no tocante a alguém preso. Tal situação fomenta a cultura da delinquência, e com isso todos concordam. O trabalho prisional é a melhor forma de ocupar o tempo ocioso do condenado e diminuir os efeitos criminógenos da prisão e, a despeito de já ser obrigatório, hoje é um direito do apenado, e pela lei atual será sempre remunerado. É muito caro manter uma pessoa reclusa, e o art. 145, II, da Constituição Federal prevê que União, Estados e até municípios podem cobrar taxas pela utilização de serviço público específico. Ora, nada mais didático do que o preso saber que o custo que o Estado tem é de sua responsabilidade por ter cometido o crime.

Daí não ser inconstitucional o projeto que prevê a obrigatoriedade de o preso ressarcir as despesas de sua prisão. Porém, cabe registrar que hoje os presídios só proporcionam trabalho para cerca de 16% dos presos, sendo imensa a dificuldade dos governos estaduais

—
Preso tem mais é que trabalhar e ter condições de dignidade. Se não por direito, por eficiência administrativa. E esse é um desafio que o projeto traz. A lei deve trazer essas novas obrigações para os presos

de fomentar a geração de postos de trabalho. E isso não é porque o preso não quer trabalhar, ao revés, quer muito, pois com o trabalho ele já teria outro benefício, chamado remição, abatendo um dia de pena a cada três dias trabalhados. Só que os governos não criam frentes de trabalho e aí a questão: se ele quer trabalhar, até mesmo para ressarcir o Estado, mas não tem onde fazê-lo, seria justo mesmo cobrar sua permanência? Acredito que não. Mas, voltando ao objeto do projeto, a obrigação de ressarcir já é feita em vários países. Tive a oportunidade de ver em presídios americanos que os presos recebem a conta pelo número de diárias de permanência. Não podendo pagar, ficam negativados junto ao governo como qualquer devedor de tributos.

Concluindo, o trabalho nas prisões atenderia a vários objetivos: ressocializar e diminuir a população carcerária pela remição da pena, preparar para o ambiente de trabalho com o aprendizado de algum ofício para quando retornar ao convívio social e ressarcir o Estado. Mas, para isso, os governos precisarão reconstruir a cultura da arquitetura e administração prisional, visando a construção de frentes de trabalho para que possamos, aí sim, efetivar a proposta legal em discussão.

Preso tem mais é que trabalhar e ter condições de dignidade. Se não por direito, por eficiência administrativa. E esse é um desafio que o projeto traz. A lei deve trazer essas novas obrigações para os presos, mas deveria também trazer obrigações para os governos criarem políticas de trabalho prisional. Todos sairiam ganhando.

